



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO – 01/2013

Cód. 43 – Fiscal Tributário

“Agoras...”

Pense... você já se arrependeu de, em determinadas circunstâncias não ter tomado atitudes que viessem, de alguma forma, melhorar sua vida?

Quando fazemos exame de consciência, lembramo-nos de vários “agoras” que foram perdidos e que não voltam mais. Que o arrependimento de não ter tido, não ter sido, não ter feito, não ter aceitado, costuma ser doloroso e profundo.

Na realidade, o que nos impede, na maioria das vezes, de ter o que queremos, ser o que sonhamos, fazer o que pensamos e aceitar com o coração é a ousadia que não cultivamos. A ousadia é, geralmente, escrava do medo...

Quantas vezes perdemos a oportunidade de sermos felizes, pelo medo de ter ousadia de amar. Medo de ousar porque o objeto do amor era mais bonito, mais alto, mais rico, mais jovem, mais culto... e aí... o tempo passou e o agora também...

Quantas vezes perdemos a oportunidade de realizar um grande sonho, por não termos coragem de ousar, de arriscar deixando para depois ou para mais tarde o que deveria ser naquele agora...

Quantas vezes não pronunciamos, no momento oportuno, as palavras que gostaríamos de dizer, pelo medo de parecermos ridículos e imaturos...

Quantas vezes ficamos por medo de partir. Quantas vezes partimos por medo de ficar. Quantas vezes dizemos baixinho o que na verdade gostaríamos de gritar.

Quantos “agoras” perdemos, esquecendo que o risco pode ser a salvação de muitas alegrias de nossas vidas.

O medo que nos impede de sermos ousados agora, também está nos impedindo de vermos que linda pessoa que poderemos ser...

Não deixemos que nossos momentos passem...

Cirilo Veloso Moraes

Disponível em: <http://www.simplescoisasdavida.com>

1. Após a leitura do texto, chegamos à conclusão que:

- muitas vezes o arrependimento nos entristece porque perdemos a chance de ter o que queremos.
- o tempo passa e quando percebemos já deixamos passar muitos de nossos sonhos porque não fomos corajosos, atrevidos.
- o medo está sempre presente quando queremos reagir e tomar uma atitude que nos fará felizes.
- ao desejar algo muito importante, só conseguirá se tomar uma atitude, que muitas vezes não é do seu agrado, mas é importante para a trajetória que você escolheu.
- ter atitude é fazer o que tem que ser feito na hora certa, no agora, no momento presente. Quem tem atitude não deixa nada para amanhã.

Atende corretamente ao enunciado a alternativa:

- A) apenas quatro afirmações estão corretas.
- B) apenas três afirmações estão corretas.
- C) todas as afirmações estão corretas.
- D) apenas duas afirmações estão corretas.

2. São acentuadas pela mesma regras as palavras de todas as alternativas, exceto:

- A) “você” – “também”.
- B) “já” – “está”.
- C) “circunstância” – “vários”.
- D) “ridículos” – “gostaríamos”.

3. Escreve-se como “consciência” as palavras de todas as alternativas, exceto:

- A) de__endente.
- B) o__ilação.
- C) re__isão.
- D) ob__ecado.

4. Assinale a alternativa que justifica o emprego da vírgula na frase retirada do texto.

“A ousadia é, geralmente, escrava do medo...”

- A) Para separar Adjunto Adverbial.
- B) Para separar Orações Adverbiais.
- C) Para separar o Vocativo.
- D) Para separar o Aposto.

5. Leia com atenção as frases abaixo.

- I- Talvez você ainda seja muito apegado a bens materiais.
- II- Obedeça à sinalização de trânsito.
- III- Chegou ao hotel já de madrugada.

A regência verbal/nominal está correta nas frases:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II e III, apenas.

6. Um capital aplicado à taxa de juros simples de 2,5% ao mês renderá, só de juros, o equivalente a 10/8 do seu valor se o prazo de aplicação for de:

- A) 60 meses.
- B) 50 meses.
- C) 4 anos e meio.
- D) 4 anos e 10 meses.

7. Calcule o número de funcionários de uma repartição sabendo-se que:

- se apenas 3 mulheres faltarem ao trabalho, o número de homens e mulheres que comparecerem, será o mesmo.
- se apenas 6 homens faltarem ao trabalho, o número de mulheres corresponderá ao dobro do número de homens que comparecerem ao serviço.

Trabalham nessa repartição _____ funcionários.

- A) 35
- B) 31
- C) 33
- D) 29

8. Os valores do comprimento, largura e altura de um reservatório são inversamente proporcionais a 2, 3 e 4, respectivamente e a soma desses valores é de 520 cm. Se esse reservatório está com água até 3/4 de sua altura, para enchê-lo totalmente, serão necessários mais _____ litros de água.

Obs: 1dm³ = 1L

- A) 1042
- B) 1142
- C) 1152
- D) 1052

9. Complete as lacunas abaixo assinalando a alternativa correta.

Ao se fazer uma pesquisa sobre o domínio de língua estrangeira moderna entre os funcionários de uma repartição constatou-se que:

- 12 funcionários dominavam o inglês e o espanhol.
- 9 dominavam o francês.
- 27 dominavam o inglês.
- 45 dominavam apenas, um dos três idiomas.

Trabalhavam nessa repartição ____ funcionários.

Se ao acaso, sortearmos um deles, a probabilidade de ele dominar apenas o espanhol é de _____.

- A) 57 – 7/19
- B) 47 – 9/17
- C) 54 – 5/13
- D) 54 – 7/18

10. A distância da cidade A para a cidade B é de 720 km. À uma velocidade de 96 km/h um veículo percorre 336 km desses trajeto em 3 horas e meia. Se aumentar a velocidade em 20% percorrerá o restante do trajeto em:

- A) 3 horas e 10 minutos.
- B) 3 horas e 30 minutos
- C) 3 horas e 20 minutos.
- D) 3 horas e 22 minutos.

11. Considerando que São Caetano do Sul/SP tem 15 quilômetros quadrados de área e 145 mil habitantes (em números aproximados), assinale a alternativa que contém a densidade demográfica desta cidade (aproximadamente).

- A) 96.666 habitantes/km².
- B) 9.666 habitantes/km².
- C) 966,6 habitantes/km².
- D) 966.666 habitantes/km².

12. Com relação à estrutura organizacional, assinale a alternativa que não contém um órgão de assessoria funcional ligada à Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul/SP:

- A) Procuradoria Geral do Município.
- B) Ouvidoria Geral do Município.
- C) Corregedoria Geral do Município.
- D) Assessoria Geral do Município.

13. Com relação à estrutura organizacional, podemos afirmar que não faz parte do elenco das Secretarias da Prefeitura de São Caetano do Sul/SP:

- A) Secretaria Municipal da Saúde.
- B) Secretaria Municipal de Cultura.
- C) Secretaria Municipal de Segurança.
- D) Secretaria Municipal de Políticas Públicas.

14. Assinale a alternativa que não corresponde aos limites da cidade:

- A) Leste - Diadema.
- B) Norte - São Paulo.
- C) Sul - Santo André e São Bernardo do Campo.
- D) Leste - Santo André.

15. Dentre as Autarquias e Fundações citadas não pertence ao município de São Caetano do Sul/SP:

- A) Fundação Cerâmica – FUCE.
- B) Departamento de Água e Esgoto do Município de São Caetano do Sul – DAE.
- C) Universidade de Municipal de São Caetano do Sul – USCS.
- D) Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – FPM.

16. O Imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador:
- A) o terreno, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei federal, localização fora da zona urbana do Município.
 - B) a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei federal, localização dentro da zona urbana do Município.
 - C) a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.
 - D) a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização dentro da zona urbana do Município.

17. Com relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel. Na determinação da base de cálculo, não se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de:

- I- sua utilização.
- II- sua exploração.
- III- seu aformoseamento.
- IV- sua comodidade.

Estão corretas as afirmações:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

18. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna abaixo.

Com base no Código Tributário Nacional, a alíquota do imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis não excederá os limites fixados em resolução _____, que distinguirá, para efeito de aplicação de alíquota mais baixa, as transmissões que atendam à política nacional de habitação.

- A) da Câmara Municipal
- B) do Senado Federal
- C) da Presidência da República
- D) da Câmara dos Deputados

19. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna abaixo.

A alíquota ou a Base de Cálculo do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários pode ser alterado pelo _____ nas condições e nos limites estabelecidos em lei, fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

- A) Congresso Nacional
- B) Senado Federal
- C) Superior Tribunal de Justiça
- D) Poder Executivo

20. O Poder Executivo Municipal de São Caetano do Sul, concederá incentivos fiscais aos estabelecimentos hospitalares, que se instalarem no município e que deverão ter caráter de hospital geral, disponibilizando atendimento em todas as especialidades básicas, quais sejam, clínica médica, cirúrgica e pediatria, além de contar com suporte ininterrupto de terapia intensiva e pronto atendimento. A alíquota a ser aplicada referente ao Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter-Vivos – ITBI, incidente sobre a aquisição do imóvel no qual será implantado o empreendimento, será de:

- A) 1,00%.
- B) 2,00%.
- C) 5,00%.
- D) 0,50%.

21. De acordo com a Lei Orgânica, compete ao município de São Caetano do Sul instituir impostos sobre:

- I- propriedade predial e territorial urbana.
- II- transmissão "inter-vivos".
- III- vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- IV- serviços de qualquer natureza não compreendidos na competência estadual, definidos em lei complementar.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e IV, apenas.
- B) II, III e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, II, III e IV.

22. De acordo com a Lei Orgânica, pertence ao Município de São Caetano do Sul, vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de comunicação ou de transporte interestadual e intermunicipal. As parcelas desta receita pertencente ao Município serão creditadas conforme os seguintes critérios:

- I- Três quartos, no Máximo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seu território;
- II- Até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual.
- III- Até dois quartos, no mínimo, do valor arrecadado do imposto, destinado ao governo federal.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) II, apenas.
- D) I, apenas.

23. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido como:

- A) o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- B) o fato administrativo tendente a verificar a ocorrência do registro da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito ativo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- C) o ato administrativo tendente a verificar a ocorrência do registro da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito ativo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- D) o fato administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito ativo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

24. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

- I- quando a lei assim o determine.
- II- quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- III- quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade.
- IV- quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- V- quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte.
- VI- quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária.
- VII- quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- VIII- quando deva ser apreciado fato conhecido ou provado por ocasião do lançamento anterior.
- IX- quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

Assinale a alternativa correta.

- A) Dois casos estão incorretos.
- B) Apenas um caso está incorreto.
- C) Todos os casos estão corretos.
- D) Três casos estão incorretos.

25. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo, nos casos:
- I- De recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória.
 - II- De subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal.
 - III- De exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III.

26. Assinale a alternativa correta.

- A) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 05 (cinco) anos:
 - I. Contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
 - II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- B) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 04 (quatro) anos:
 - I. Contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
 - II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- C) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 10 (dez) anos:
 - I. Contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
 - II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.
- D) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 02 (dois) anos:
 - I. Contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
 - II. Da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

27. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

- A) às taxas e às contribuições de melhoria; aos tributos instituídos anteriormente à sua concessão.
- B) às taxas e ao ITBI; aos tributos instituídos posteriormente e anteriormente à sua concessão.
- C) às taxas e às contribuições de melhoria; aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- D) às taxas e às contribuições de melhoria; aos tributos instituídos pelos municípios.

28. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo.

- () Classificam-se como despesas de custeio as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
- () Classificam-se como transferências correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado.
- () Classificam-se como investimentos as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- () Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a: aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

Indique a alternativa correta, de cima para baixo.

- A) V – F – V – F.
- B) V – V – V – F.
- C) F – F – F – V.
- D) F – V – F – V.

29. Analise as sentenças abaixo.

- I- O contribuinte do ISS é o prestador de serviço, e este é o profissional autônomo ou a empresa que exerça em caráter permanente ou eventual, com ou sem endereço fixo, quaisquer atividades referidas na lista de serviço.
- II- A base de cálculo é o preço do serviço. Considera-se preço de serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de qualquer condição.
- III- O Município, em relação ao ISS é sujeito passivo.
- IV- O ISS é de competência dos Municípios e do Distrito Federal.

Com base na análise das sentenças acima, indique a alternativa correta.

- A) Estão corretas as sentenças I, II, III e IV.
- B) Todas as sentenças são falsas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Estão corretas as sentenças I, II e IV.

30. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna abaixo.

O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domicílio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município. O produto da arrecadação deste imposto será distribuído pela União aos Municípios da localização dos imóveis. Independentemente de ordem das autoridades superiores e sob pena de demissão, as autoridades arrecadoras do ITR farão entrega, ao Distrito Federal e aos Municípios, das importâncias recebidas, à medida que forem sendo arrecadadas, em prazo não superior a _____, a contar da data de cada recolhimento.

- A) 40 (quarenta) dias
- B) 45 (quarenta e cinco) dias
- C) 30 (trinta) dias
- D) 60 (sessenta) dias

31. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior. A distribuição da receita tributária aos Estados e Municípios que celebrem com a União convênios destinados a assegurar ampla e eficiente coordenação dos respectivos programas de investimentos e serviços públicos, especialmente no campo da política tributária, poderão participar da arrecadação efetuada, nos respectivos territórios, incidente sobre o rendimento das pessoas físicas. Esta participação será de até:

- A) 20% (vinte por cento) da arrecadação efetuada.
- B) 5% (cinco por cento) da arrecadação efetuada.
- C) 10% (dez por cento) da arrecadação efetuada.
- D) 15% (quinze por cento) da arrecadação efetuada.

32. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA- SP), devido anualmente, tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie. A alíquota do imposto, calculada sobre o valor venal é:

- I- 5,0% (cinco por cento) para embarcações, aeronaves e automóveis de esporte e de corrida.
- II- 4,0% (quatro por cento) para automóveis de passeio e camionetas de uso misto.
- III- 3% (três por cento) para automóveis de passeio, de esporte, de corrida e camionetas de uso misto, movidos a álcool, gás natural ou eletricidade.
- IV- 2,0% (dois por cento) para qualquer outro veículo inclusive motocicletas e ciclomotores.
- V- 1,0% (um por cento) para os veículos de carga, categoria caminhões com capacidade superior a 01 tonelada.
- VI- 6,0% (seis por cento) para automóveis de passeios movidos a "diesel".
- VII- 1,0% (um por cento) para qualquer veículo indicado nos incisos precedentes com mais de 20 (vinte) anos de fabricação, excetuando-se as aeronaves.

Assinale a alternativa correta.

- A) Apenas uma alíquota está incorreta.
- B) Duas alíquotas estão incorretas.
- C) Todas estão corretas.
- D) Três alíquotas estão corretas.

33. O desconto do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA-SP) fica fixado:

- A) em 3% (três por cento) para pagamento integral efetuado até o 10º dia útil posterior à data da emissão da nota fiscal, na hipótese de veículos novos.
- B) 4% (por cento) para pagamento integral efetuado até o 5º dia útil posterior à data da emissão da nota fiscal, na hipótese de veículos novos e usados.
- C) em 3% (três por cento) para pagamento integral efetuado até o 5º dia útil posterior à data da emissão da nota fiscal, na hipótese de veículos novos.
- D) 4% (por cento) para pagamento integral efetuado até o 10º dia útil posterior à data da emissão da nota fiscal, na hipótese de veículos novos e usados.

34. O fato gerador do IPI ocorre quando:

- I- até o quarto dia da data de emissão da respectiva nota fiscal, os produtos não tiverem deixado o estabelecimento do contribuinte.
- II- no momento em que ficar concluída a operação industrial, cuja industrialização se deu no próprio local de consumo ou de utilização do produto, fora do estabelecimento industrial.
- III- no início do consumo ou da utilização do papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, em finalidade diferente da que lhe é prevista na imunidade, ou na saída do fabricante, do importador ou de seus estabelecimentos distribuidores, para pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras.
- IV- na aquisição ou, se a venda tiver sido feita antes de concluída a operação industrial, na conclusão desta, quanto aos produtos que, antes de sair do estabelecimento que os tenha industrializado por encomenda, sejam por este adquiridos.
- V- na data da emissão da nota fiscal pelo estabelecimento industrial, quando da ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas Ripi.
- VI- no momento da sua venda, quanto aos produtos objeto de operação de venda que forem consumidos ou utilizados dentro do estabelecimento industrial.
- VII- na saída simbólica de álcool das usinas produtoras para as suas cooperativas, equiparadas, por opção, a estabelecimento industrial.
- VIII- na data do vencimento do prazo de permanência da mercadoria no recinto alfandegado, antes de aplicada a pena de perdimento, quando as mercadorias importadas forem consideradas abandonadas pelo decurso do referido prazo.

Indique a alternativa correta.

- A) Apenas uma está incorreta.
- B) Apenas duas estão incorretas.
- C) Todas estão incorretas.
- D) Todas estão corretas.

35. A base de cálculo quando se tratar de produto importado, o IPI tem como hipóteses de incidência a colocação, no mercado nacional, de um produto industrializado no exterior. Nesse, caso a base de cálculo deve ser o valor pelo qual o produto ingresse no território nacional, o que inclui:

- I- encargos cambiais.
- II- imposto de importação.
- III- taxas relativas à importação.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, II e III.
- D) II e III, apenas.

36. Desde que usados na produção do estabelecimento, o crédito do ICMS pago por ocasião da aquisição de bens para integrar o ativo imobilizado pode ser feito em:

- A) 60 vezes proporcionalmente.
- B) 36 vezes proporcionalmente.
- C) 24 vezes proporcionalmente.
- D) 48 vezes proporcionalmente.

37. Indique (V) para verdadeiro ou (F) para falso nas afirmativas abaixo.

O ICMS tem como fato gerador ou incide na operação quando ocorrer:

- () A circulação de mercadorias, exceto pelo fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- () As prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores e as prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza, aplicando-se para ambos os casos quando o serviço tenha sido prestado ou tenha se iniciado no exterior.
- () O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios e as prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios com fornecimento de mercadorias, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
- () A entrada de mercadoria importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo imobilizado do estabelecimento.
- () A entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.

Assinale a alternativa correta:

- A) F – V – V – V – V.
- B) V – V – V – V – V.
- C) V – F – F – F – F.
- D) F – V – F – V – F.

38. De acordo com a Lei orgânica de São Caetano do Sul, compete ao Município instituir:

- I- Os impostos previstos nesta lei e outros que venham a ser de sua competência.
- II- As taxas criadas em razão do exercício do poder de polícia, ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos de sua atribuição específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto à sua disposição;
- III- As contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas;
- IV- As contribuições, cobradas de seus servidores para aporte e arrecadação, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Estão corretas:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

39. Com base na Lei Orgânica do Município de São Caetano do Sul, assinale a alternativa incorreta:

- A) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- B) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado e no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os institui ou aumentou.
- C) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação econômica equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- D) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município utilizar tributo com efeito de confisco; estabelecer, por meio de tributo, limitações ao tráfego de pessoas ou bens.

40. Com base na Lei Orgânica de São Caetano do Sul, compete ao Município instituir imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso:

- I- De bens imóveis, por natureza ou acessão física;
- II- De direito reais sobre imóveis, exceto os de garantia e as servidões;
- III- De ação de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

Estão corretas:

- A) I, II e III.
- B) II e III.
- C) I e II.
- D) I e III.

41. De acordo com a Lei Orgânica de São Caetano do Sul, a participação nas receitas pertencentes ao Município são as seguintes:
- I- Produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e fundações que institua e mantenha.
 - II- Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;
 - III- Dez por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de comunicação ou de transporte interestadual e intermunicipal.

Estão corretas:

- A) II e III.
 - B) I, II e III.
 - C) I e III.
 - D) I e II.
42. Do produto da arrecadação do imposto de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto, de competência da União, sobre produtos industrializados, 80% (oitenta por cento) constituem a receita da União e o restante será distribuído à razão de 10% (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e 10 % (dez por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios (art. 86 do CTN). A atribuição aos municípios será de:
- A) 20% (vinte por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados e 80% (oitenta por cento) aos demais Municípios do País.
 - B) 30% (trinta por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados e 70% (setenta por cento) aos demais Municípios do País.
 - C) 10% (dez por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados e 90% (noventa por cento) aos demais Municípios do País.
 - D) 5% (cinco por cento) aos Municípios das Capitais dos Estados e 95% (noventa e cinco por cento) aos demais Municípios do País.
43. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total _____ e como limite individual _____ (art. 81 – CTN).

Complete as lacunas:

- A) A despesa realizada – o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
 - B) A receita realizada – o decréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
 - C) A despesa realizada – o decréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
 - D) A receita realizada – o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
44. A lei relativa à contribuição de melhoria observará a publicação prévia dos seguintes elementos:
- I- Memorial descritivo do projeto.
 - II- Orçamento do custo da obra.
 - III- Determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição.
 - IV- Delimitação da zona beneficiada.
 - V- Determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.
- Assinale a alternativa correta.
- A) Apenas um elemento está incorreto.
 - B) Todos os elementos estão corretos.
 - C) Todos os elementos estão incorretos.
 - D) Dois elementos estão incorretos.

45. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador:
- A) O exercício factível do poder de polícia, ou a utilização concreta de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - B) O exercício regular do poder público, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e indivisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - C) O exercício regular do poder público, ou a utilização concreta, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
 - D) O exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

46. Assinale a alternativa correta.

- A) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- B) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto e pode ser calculada em função do capital das empresas.
- C) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito privado.
- D) A taxa cobrada referente aos serviços públicos terá fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação pelos interessados.

47. É vedado cobrar tributo no mesmo exercício financeiro em que se tenha sido publicado a lei que o instituiu ou aumentou.

O enunciado acima se refere ao princípio tributário constitucional denominado:

- A) Princípio da irretroatividade.
- B) Princípio da legalidade.
- C) Princípio da anterioridade.
- D) Princípio da isonomia tributária.

48. A expressão “legislação tributária” compreende:

- A) Os tratados, os decretos e as normas complementares que versem, no todo, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- B) As leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- C) As normas complementares que versem, no todo, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- D) As normas complementares que versem, em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

49. De acordo com o Código Tributário Nacional, a União tem competência exclusiva de instituir empréstimos compulsórios, nos casos de:

- I- Guerra externa, ou sua iminência.
- II- Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis.
- III- Conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a sentença II está correta.
- B) Apenas a sentença III está correta.
- C) Estão corretas as sentenças I, II e III.
- D) Apenas a sentença I está incorreta.

50. Analise os tributos e contribuições abaixo:

- I- Imposto de Operações Financeiras.
- II- Imposto de Importação.
- III- Taxa anual CRC.
- IV- Taxa Anual OAB.
- V- Imposto de Exportação.
- VI- Contribuição para Seguro de Acidente de Trabalho.

Assinale a alternativa correta:

- A) São Parafiscais os itens III, IV e VI – São Extrafiscais os itens I, II e V.
- B) São Parafiscais os itens I, II e V – São Extrafiscais os itens III, IV e VI.
- C) São Parafiscais os itens I, II e IV – São Extrafiscais os itens III, V e VI.
- D) São Parafiscais os itens II, III e V – São Extrafiscais os itens I, IV e VI.